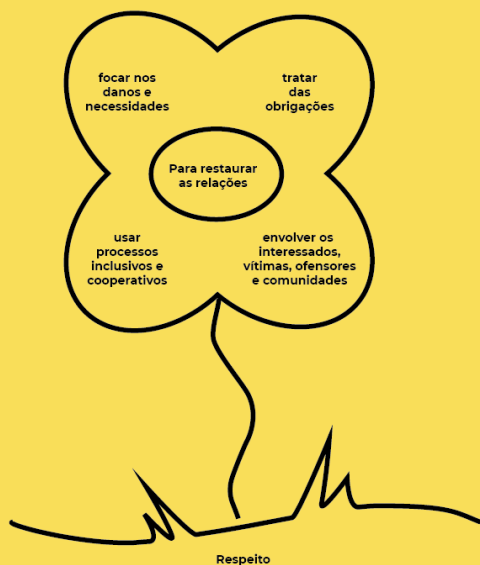


O monstro social da violência e a Justiça Restaurativa como irradiação da Cultura de Paz



Laura Nice Dias da Silva

Para falarmos da construção de processos pacíficos precisamos nos debruçar também sobre a violência. E o que é ser violento para você? Bater em alguém? Xingar? Fazer sangrar ou doer? Impedir de ir? Manipular? Esquecer de um compromisso ou alguém? Poderíamos aqui seguir em uma lista longa e desencorajadora. E nomear ações realmente pode nos ajudar a identificar um fenômeno

de agressão, mas entender que a violência direta se relaciona com outros parâmetros violentos do nosso cotidiano, muda a perspectiva para a qual olhamos para o conflito em si. Thomas Conti, durante o doutorado pesquisou a relação entre armas, guerras e instituições nos Estados Unidos no período de 1840 a 1940. E nesta pesquisa ele destrinchou três tipos de violência: a direta, a estrutural e a cultural.

LEIA NA PG 2

Somos maiores que os nossos erros

Laura Nice Dias da Silva

Encontrei com Danilo em uma terça agitada, ele tinha passado no CEI para resolver algumas pendências burocráticas do seu desligamento da instituição e eu estava há alguns dias mandando mensagem para tentar marcar uma conversa. Tinham me dito que ele tinha uma ótima história para contar. Mal sabia eu o quando ficaria surpresa, sua trajetória.

LEIA NA PG 6



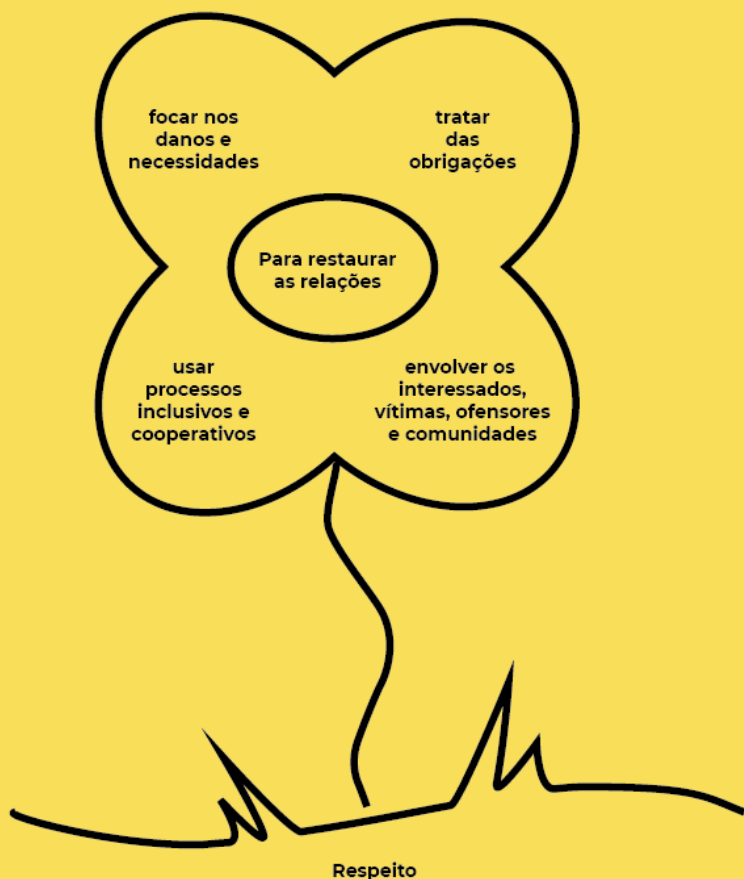
O monstro social da violência: e a Justiça Restaurativa como irradiação da Cultura de Paz

Com currículo vasto e muita bagagem prática, Leonardo nos contou o trajeto para trazer a JR para o Centro Educacional Integrado (CEI) a partir de sua experiência pessoal e profissional

Laura Nice Dias da Silva

Para falarmos da construção de processos pacíficos precisamos nos debruçar também sobre a violência. E o que é ser violento para você? Bater em alguém? Xingar? Fazer sangrar ou doer? Impedir de ir? Manipular? Esquecer de um compromisso ou alguém? Poderíamos aqui seguir em uma lista longa e desencorajadora. E nomear ações realmente pode nos ajudar a identificar um fenômeno de agressão, mas entender que a violência direta se relaciona com outros parâmetros violentos do nosso cotidiano, muda a perspectiva para a qual olhamos para o conflito em si. Thomas Conti, durante o doutorado pesquisou a relação entre armas, guerras e instituições nos Estados Unidos no período de 1840 a 1940. E nesta pesquisa ele destrinchou três tipos de violência: **a direta, a estrutural e a cultural.**

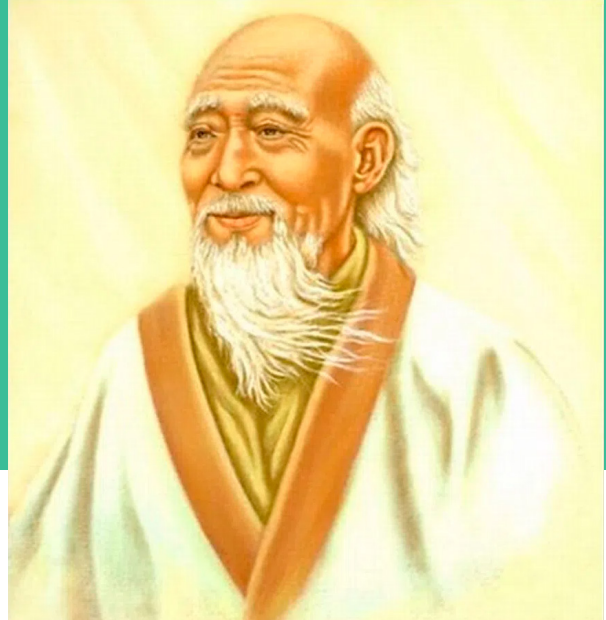
| | | |
|--|---|--|
| Violência Direta nível: evento fenômeno: agressão | Violência Estrutural nível: processo fenômeno: dominação | Violência Cultural nível: linguagem fenômeno: legitimação |
|--|---|--|



A primeira é a lista de ações quase infinita, que apesar de ser extensa é fácil de nomear, pois ao serem ações, são entendidas a nível de evento, ou seja, podemos pontuar com especificidade, e tem uma relação direta de agressor-ação-vítima, e diz respeito a danos físicos, sexuais, psicológicos, privação e negligência. Já a violência estrutural é um processo e o seu fenômeno é compreendido pela dominação, ou seja, pela desigualdade de poder e chances desiguais de vida. E a violência cultural, que se relaciona com as outras duas, pois nenhuma está isolada, tem nível de linguagem e aparece como legitimação das outras. Conhece aquele discurso comum que coloca a culpa da violência na vítima? É aí que mora a violência cultural. E como um monstro social eterno, uma violência alimenta a outra em um ciclo histórico e duradouro, nomeado por Conti como o Triângulo da Violência.

As estruturas sociais e jurídicas comuns para lidar com situações de crime geralmente aumentam esse monstro, pois a violência do delito é normalmente seguida pela violência estatal, o que efetivamente não resolve os problemas.

Lao Tsé, no livro Tao Te Kíng diz que “Decretar ordem por violência é criar desordem. Querem consolidar o mundo à força é destruí-lo”, que é preciso entender cada membro em sua função e momento peculiar.



A insatisfação pessoal que podemos sentir com o sistema punitivo predominante evidenciou a necessidade coletiva de experimentar outras formas de harmonizar os conflitos. Mas só podemos obter novas respostas se mudarmos as perguntas. Ou seja, para encararmos a resolução de conflitos de modo a viabilizar uma conexão dialógica efetiva e consciente é preciso uma revisão de conceitos que pense as soluções a partir de novas perguntas.

Baseadas em tradições antigas e percepções que a composição social é interligada - estamos todos conectados em uma existência conjunta-, foi pensado um conjunto de dinâmicas, alicerçadas nos princípios da Cultura da Paz, denominada como Justiça Restaurativa (JR). Essa perspectiva de corresponsabilidade, lida com a justiça e o efeito de um conflito de uma maneira ativa e não passiva, pois considera as necessidades e valores de maneira consensual. A JR, como meio inovador para lidar com conflitos, busca por ações de restauração e tem o objetivo de encarar o ciclo da violência por outra abordagem, a do diálogo. O desafio é entender o conflito

não voltado ao julgamento, nem para a estigmatização do outro, mas para ações nas quais as necessidades de todos os envolvidos sejam atendidas.

Egberto de Almeida Penido, no texto Cultura de Paz e Justiça Restaurativa: uma jornada de alma, nos chama a atenção que Howard Zehr, referência magistral de JR, “ao nos convidar a trocar as lentes através das quais nossos olhos “enxergam” a realidade faz parte do processo de “perceber outras perspectivas; formular novas perguntas; reconhecer novas respostas e agir de acordo com elas, de modo transformado e sempre refletindo”. E que este processo refletido do fazer justiça tem conexão com a busca por paz. Sendo assim, “pensar a Justiça Restaurativa pelo viés daquilo que entendemos como “Cultura de Paz” tem se mostrado um caminho seguro e efetivo para que a potência transformadora da Justiça Restaurativa não se esvaia”.

Quando aplicamos a perspectiva restaurativa temos a oportunida-

de de olhar para os problemas com respeito e sem julgamentos, inclusive para a parte de violência que há em nós. Por isso, nós do T-Sendo Redes, fazemos um convite para as pessoas tomarem consciência das suas ações e refletirem sobre suas responsabilidades na construção de uma sociedade mais justa e conectiva entre as pessoas. E pela perspectiva da co-responsabilidade, entendemos que esta caminhada é conjunta, ou seja, para além da individualidade. Pelo coletivo olho e converso sobre questões importantes, inclusive os conflitos, pois, ao vivermos em sociedade as questões se apresentam interligadas e para cuidar das relações preciso me atentar às necessidades de todos envolvidos. E lembra daquele monstro da violência? Ouvimos dizer que ele tem intolerância a um tipo de flor que tem como base o respeito, por que não usamos as ferramentas que ela nos apresenta como recurso para lidar com os desafios do dia-a-dia?!

A Justiça Restaurativa no Centro Educacional Integrado

Com currículo vasto e muita bagagem prática, Leonardo Duart Bastos nos contou o trajeto para trazer a JR para o Centro Educacional Integrado (CEI) a partir de sua experiência pessoal e profissional

Entro em contato com a JR em 2008 quando era oficineiro e orientador de medida do COMEC. A Silmara Quintana, que era coordenadora da unidade que executava Prestação de Serviço à Comunidade, a PSC, fazia parte de um projeto de implantação de JR aqui no município de Campinas, E por lá, fiz uma formação com o Dominic Barter, que durou a semana inteira com atividades ao longo de todo o dia. A partir daí começamos a colocar em prática a filosofia da

Justiça Restaurativa.

Em 2009 comecei a trabalhar na Cáritas com população em situação de rua e levei para lá também essa metodologia. Começamos a fazer uma formação com os trabalhadores, mas ela acontecia em um espaço público o que incluiu também os moradores, isso serviu para estruturar os formatos das assembléias e também das reuniões de equipe.

Leonardo Duart Bastos é Psicólogo formado pela PUC-Campinas, atua como supervisor institucional em serviços e organizações ligadas à saúde mental e políticas públicas de assistência social, foi conselheiro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas e no Conselho Municipal de Assistência Social, membro fundador do Grupo de Ouvidores de Vozes, diretor do Instituto Conduzir, coordenador de projetos na Cáritas de Campinas, superintendente do Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti, compõe o grupo Gestor da Justiça Restaurativa do Poder Judiciário de Campinas. também é psicoterapeuta numa perspectiva psicodinâmica.



Percebi na JR uma potência e uma coerência com as políticas de assistência social, que fala sobre a importância do protagonismo do usuário, a importância da interdisciplinaridade. Em muitas equipes de assistência temos equipes multiprofissionais, com cada um dentro do seu núcleo de saber, da sua caixinha [de conhecimento]. Muitas vezes em reuniões de equipe esses saber não sai da caixinha para ser construído um saber comum e interdisciplinar. Por isso eu vi uma coerência muito grande no que preconiza a política de assistência e os referenciais e conceitos da Justiça Restaurativa.

Quando eu chego no CEI, precisávamos organizar os planos de trabalho e os relatórios para apresentar ao Conselho Municipal de Assistência, então eu vejo ausência total de um referencial metodológico. Muitos dos relatórios mostravam as relações muito verticalizadas, papéis muito distanciados do psicólogo e da assistente social. Vi que uma das formas de ajudar o CEI era trazer a JR para cá. Comecei como voluntário, no fim de 2017 para ajudar a acertar essa questão da documentação e em Junho de 2018 eu passo a ser vice-presidente do CEI. E isso me dá liberdade para conversar com a equipe sobre a questão metodológica. Marcamos uma reunião geral, com todos os funcionários, e começamos algumas discussões metodológicas. Com o pedido de exoneração da presidente,

eu me torno presidente interino e mantemos assim até setembro, quando tem uma nova eleição e eu sou eleito de fato o presidente. Trago para a equipe já nas primeiras reuniões a importância da JR como referencial teórico.

E muita gente pensa: o que JR tem a ver com o trabalho que o CEI faz? O CEI trabalha com violência e inclusão, e a JR é um meio, não um fim. Por isso, nada melhor do que a JR para lidarmos com uma violência sistêmica e também lidar com a inclusão, porque ela abre um espaço para trabalharmos com diálogo a diversidade.

Daí nas reuniões de coordenação começamos a trabalhar em um formato mais circular, trazemos também a Carla Donnamaria, enquanto trabalhadora do Tribunal de Justiça, para fazer as primeiras formações. Montamos algumas formações em parceria com o Tribunal de Justiça de Campinas, no qual o CEI cedia espaço para as formações e tínhamos uma divisão dos participantes, em que 50% eram funcionários do CEI e 50% de participantes externos. Neste período começamos também a montar o Núcleo de Justiça Restaurativa.

Em 2019 foi enviado um projeto para ser elaborado em parceria com a FEAC, o projeto T-Ser, que tinha previsto um trabalho com a rede pública de ensino, mais especificamente, duas escolas estaduais da região. As escolas municipais de Campinas, já tem um programa de JR, por isso foi pensado em escolas estaduais. Essas formações nas escolas, garantiram também vagas para a equipe interna do CEI e o público externo interessado. O T-Ser, co-

meçou em abril de 2020 e terminou em maio de 2021. O projeto foi um pouco prejudicado pelo covid, porque não foi escrito para ser online e tivemos que adaptar. Mas apesar dessa perda muito grande, trouxe também uma riqueza importante, porque tivemos formações da Cultura de Paz, formações em JR. Formações que em geral davam muita consistência para aquilo que estávamos construindo no CEI.

Quando o Projeto encerra, ficamos três meses para aprovar um novo projeto pela FEAC, o T-Sendo Redes que apesar de trazer uma menção ao antigo nome, tem uma diferenciação, pois tem como meta irradiar a JR por todas as regiões de Campinas. Colocamos como meta executar formações com cinco organizações sociais que trabalham com a Proteção Social Especial, ou seja, com situações de violência. O CEI já formou mais de 400 facilitadores no curso de Introdução à Justiça Restaurativa em Processos Circulares.

Para dentro do CEI, isso influenciou desde o início nos formatos das reuniões, passamos a fazer reuniões circulares e temos trabalhado para transformar isso em metodologia para também com os usuários e como gestão do CEI como um todo. Percebemos que o modelo que mais se aproximava disso era a Sociocracia. Neste momento eu faço uma formação de Liderança e Gestão Sociocrática, pelo SoLT Brasil, e começamos um processo de implementação deste modelo de gestão. Primeiro, incentivamos os fazerem círculos na gestão dos serviços, elegerem representantes, facilitadores e escreverem atas sobre suas reuniões. Mas sentimos a necessidade de termos um Círculo CEI estruturado, para atribuir as missões de cada serviço como a sociocracia pede. Organizamos e planejamos a implantação da sociocracia aqui. Ainda é um momento paradoxal, porque convivemos com dois paradigmas diferentes.

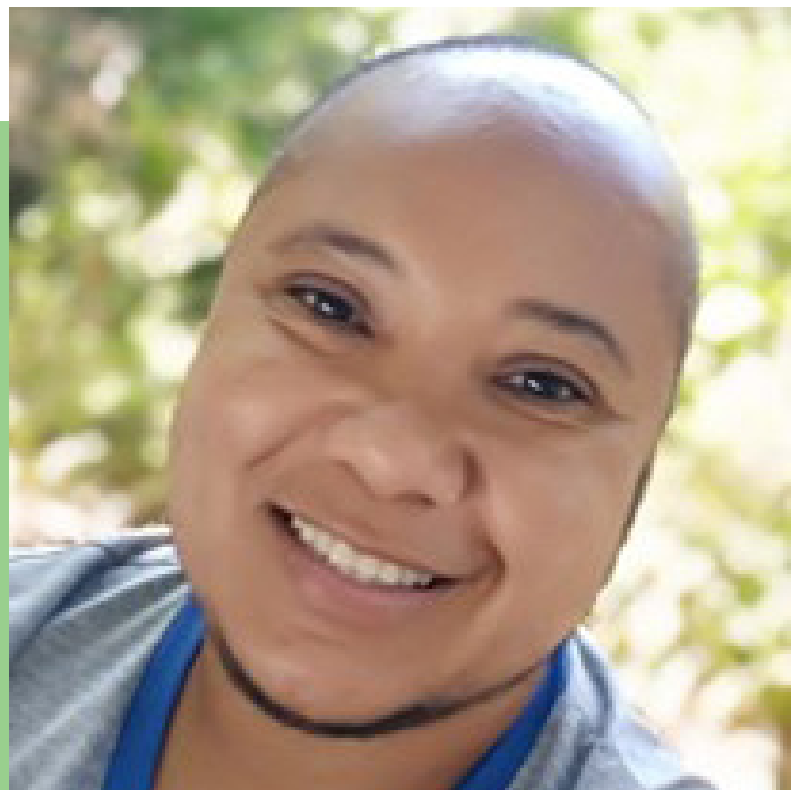
O processo circular traz um dilema, porque muita gente entende que é um lugar onde todo mundo é igual, mas na verdade não é. Todo mundo tem equidade na fala, mas considera-se que as pessoas são diferentes. Porque se fossem todos iguais eu não precisaria te consultar para saber o que você acha, eu já saberia por sermos iguais. E nesta estrutura as vezes as decisões não agradam a todo mundo, mas com o conceito de objeção eu posso ouvir se aquela decisão vai ou não prejudicar alguém. Por isso a equidade de fala e equidade na participação e construção.

Hoje, o CEI tem reconhecido a nível de estatuto o Núcleo de Justiça Restaurativa, que foi inaugurado no fim de 2019 com a presença do Tribunal de Justiça, por isso a JR é uma baliza para toda a organização, na política institucional e na execução dos serviços do CEI. O Núcleo de Justiça Restaurativa é composto por funcionários, que se reúnem às terças-feiras alternadas, no período da tarde. Considero que o paradigma por trás da Justiça Restaurativa é o mais inclusivo que se tem, pois ele considera a diversidade, as individualidades, e abre espaço para construir uma democracia participativa, que é o nosso objeto. Por isso, como uma organização inclusiva adotamos um modelo que é sistêmico e circular.”

Depoimento gravado em 8 de junho de 2022

Somos maiores que o os nossos erros

Danilo Santos, o sistema prisional e a JR
Por: Laura Nice Dias da Silva



Danilo Santos é Assistente Social, formado pela Uninassau/SE, com especializações em Psicopedagogia pela Facuminas e Direitos Humanos e Acessibilidade e Inclusão pela ENSP/FIOCRUZ, também é Facilitador em JR, artista e pai de Igor e Morgana, esposo de Rejane, escritor dos livros *Outras Vozes*, lançado pelo Ministério Público de Sergipe, e *Transmasculinidade Narrativa em Primeira Pessoa*, publicado Ciclo Contínuo Editorial, fundador do Coletivo Mobiliza Satélite e Assistente Social voluntário de Projetos do Coletivo A Rua Tem Voz.

Encontrei com Danilo em uma terça agitada, ele tinha passado no CEI para resolver algumas pendências burocráticas do seu desligamento da instituição e eu estava há alguns dias mandando mensagem para tentar marcar uma conversa. Tinha me dito que ele tinha uma ótima história para contar. Mal sabia eu o quando ficaria surpresa, primeiro pela simpatia dele, que consegue ser maior que seu sorriso e segundo pela admiração da sua trajetória.

Começou me contando que teve o primeiro contato com a Justiça Restaurativa quando recebeu o edital externo para a vaga de Assistente Social no CEI e uma das atribuições era ter conhecimentos em JR. “Quando vi essa necessidade me perguntei: Quem é Júnior?” Nunca tinha ouvido falar. Mas a Justiça Restaurativa mudou minha visão porque fiz várias interligações internas com o período que estive dentro do sistema prisional. Fiz curso introdutório e avançado de JR e também uma capacitação longa pelo Governo do Ceará”.

Quando ele foi preso estava envolvido profundamente com criminalidade e isso estava criando um desgaste pessoal muito grande para ele. Dez anos atrás, foi preso por formação de quadrilha, sequestro, porte ilegal de arma e corrupção de menor. Na época usava drogas e ele e um grupo abordaram uma mulher dentro de um carro, enquanto ela dirigia. Mas ele queria uma mudança e a partir da prisão sua vida realmente tomou uma guinada em outra direção. E o mérito não é do sistema prisional que é violento em todas suas esferas, mas porque ele decidiu e conseguiu se manter na decisão que a sua

prisão não seria em vão.

E aqui poderíamos entrar em um debate sobre conceito de ressocialização após um período encarcerado. Mas como o Danilo indicou “Se eu não era socializado antes em uma sociedade que não é socializada, como eu vou ser depois? Mas deixamos esse assunto para outro momento, pode ser?! Quando eu disse que não seria preso à toa é porque eu queria sair daquela para melhor.” E o caminho foi longo e ele continua por aqui. Na prisão, em parceria com a Liberdade Assistida, ele foi convidado a partilhar sua história através de palestras, algumas motivacionais, de exemplo ou de estudo de caso. E toda apresentação envolvia uma preparação com textos e slides e

que de repente a ficha caiu e entendeu que era a mulher que havia sequestrado anos atrás. Tinha bastante gente entre eles e a situação criou uma agitação, a polícia que estava no Fórum isolou o Danilo e as amigas de Patrícia tentavam tirar ela dali. Ele relata que não viu no olhar dela nenhum ódio, mas que apesar das muitas lágrimas que embargavam a sua voz ele conseguiu ouvir um pequeno relato dela: desde o sequestro ela não dirigia mais e que depois de muita terapia ela conseguiu pegar Uber sozinha, mas que ainda encontrava muita dificuldade em se envolver com homens em geral. Ele disse para ela “quero falar com você” e ela respondeu que também queria conversar com ele e que ele até tentou chegar

“... ele queria uma mudança e a partir da prisão sua vida realmente tomou uma guinada em outra direção. E o mérito não é do sistema prisional que é violento em todas suas esferas, mas porque ele decidiu e conseguiu se manter na decisão que a sua prisão não seria em vão”

o retorno do trabalho vinha com a redução de dois dias de pena por cada palestra.

Certa vez ele foi convidado pela OAB a fazer uma fala aberta em uma universidade. Enquanto dava seu depoimento, ele reparou em uma mulher que chorava muito. Em determinado momento, no meio da apresentação, ela se levantou e disse “Eu sou a Patrícia”. Danilo conta que demorou alguns segundos para identificar quem era ela, mas

mais próximo à ela, mas não foi possível naquele momento.

Ele voltou à faculdade para descobrir se ela era aluna, mas descobriu que ela estava no evento como convidada. Procurou na internet, mas nunca mais conseguiu encontrar com ela. Chegou até a questionar se Patrícia era realmente o nome dela. Para Danilo é importante resolver essa lacuna na sua história, mas a busca não compensa mais. Ele saiu de Sergipe há tanto tempo,

que não lembra mais a fisionomia dela, nem mesmo o sobrenome. Mas acredita que “a vida segue e o tempo não vai parar, se algum dia a vida nos unir para conversarmos, quero aproveitar para escutar e entender tudo que ela passou. Não para me culpabilizar, mas para sentir empatia e compreender pelo outro lado. E gostaria também que ela ouvisse meus motivos e entendesse o que eu estava passando naquele período”.

Foi possível aproveitar o Curso Introdutório de JR para fazer uma simulação de um círculo da sua história e essa experiência foi muito impactante para ele, que diz ter conseguido digerir algumas coisas muito importantes a partir da experiência. “Costumo dizer que nada acontece por acaso, e nesta situação, infelizmente, ela passou por uma situação de violência e teve um trauma” mas que também há partes boas que aconteceram a partir dessa situação, pois foi a partir dela que conseguiu se recuperar e conseguiu trilhar um caminho que admira e se fortalece pacificamente.

Hoje, Danilo continua reverberando a JR na sua vida porque fez muita diferença na sua trajetória. Ele aplica as metodologias no seu cotidiano, através do trabalho como Assistente Social e afirma que se não fossem elas não conseguiria mobilizar o impacto que tem hoje. Quando queremos ir para além da punição e chegar na reflexão é possível conciliar conflitos internos e externos e entender e res-



Palestra em uma escola em Simões Dias/SE 2019

“Hoje, Danilo continua reverberando a JR na sua vida porque fez muita diferença na sua trajetória. Ele aplica as metodologias no seu cotidiano, através do trabalho como Assistente Social...”

significar o impacto também na perspectiva da vítima. E quando ele conta a história não é para viver de arrependimento, mas por acreditar que há outras possibilidades para além da culpa. O conhecimento pelo que ele pas-

sou pode ajudar outras pessoas a não desistirem e entenderem que somos muito mais do que alguns erros cometidos.